

## **AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO FORMADOR DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS**

**Marcos Igor da Costa SANTOS**

Centro Universitário de João Pessoa (Unipê); Endereço: Rua Golfo de Guiné, 181, apto: 901, Intermares, Cabedelo-PB;  
telefone: (83) 3248.1692; e-mail: marcos.igor@ig.com.br

### **RESUMO**

O contexto de concorrência que permeia o mundo das organizações vem exigindo mudanças nos processos administrativos, principalmente, em relação ao planejamento e controle das operações econômico-financeiras, de forma que os padrões de eficiência e eficácia garantam a sobrevivência organizacional. A auditoria, especialmente a interna, tem sido considerada uma estratégia eficiente para acompanhamento e avaliação das atividades contábeis, de forma a atender as peculiaridades da organização e as necessidades do mercado. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral verificar a contribuição da auditoria interna na melhoria dos procedimentos operacionais da organização, e como objetivos específicos: verificar se as práticas e os relatórios contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC); determinar os mecanismos de controle econômico-financeiros utilizados para a obtenção da eficiência e eficácia dentro da organização; e, finalmente identificar as razões para utilização da auditoria interna. A fundamentação teórica abordou aspectos relacionados com o processo de auditoria interna, destacando a história, conceitos, características, importância e relação do controle interno com a auditoria interna. A pesquisa, considerada descritiva, explicativa, documental e estudo de caso foi realizada em uma empresa de educação e consultoria. Para coleta dos dados foi utilizada, como instrumento de pesquisa, uma entrevista estruturada, composta por três questões abertas, aplicada aos gestores da empresa pelo próprio pesquisador. Para levantamento dos dados documentais foram considerados os relatórios anuais de gestão da organização, referente ao período de 2003 a 2005. Como resultados foi possível verificar que o processo de auditoria não tem sido aplicado na entidade estudada, apesar de ter sido constatado o uso de mecanismos econômico-financeiros que permitem o controle da relação receitas/custos/despesas, assim como também foi reconhecida a importância deste instrumento como formador da eficiência e eficácia dos resultados organizacionais.

**Palavras-chave:** Auditoria Interna; eficiência; eficácia; resultados organizacionais.

## 1. INTRODUÇÃO

O atual contexto de competitividade e concorrência que permeia o mundo das organizações vem exigindo mudanças nos processos administrativos, principalmente, em relação ao acompanhamento dos indicadores econômico-financeiros e ao controle dessas operações de acordo com padrões de eficiência e eficácia que garantam a sobrevivência organizacional.

Assim, as organizações têm buscado estratégias que, associadas ao avanço tecnológico, viabilizem o planejamento e o desenvolvimento de atividades contábeis de acordo com as necessidades do mercado. Essas estratégias tecnológicas têm facilitado o controle e a manutenção operacional das atividades das organizações, promovendo a otimização de seus resultados e o desenvolvimento de programas que auxiliem na solução de problemas que afetam diretamente o seu patrimônio e que estão relacionados a fraudes, corrupções, desvios de verbas, má utilização dos recursos financeiros, grande concentração de renda etc.

A aplicação das ferramentas tecnológicas para o planejamento, acompanhamento e avaliação dos aspectos econômico-financeiros tem sido exaustivamente, utilizados pelo sistema contábil das organizações. E, paralelamente, como atividade de assessoria, a auditoria interna vem se destacando, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das organizações, através do exame de documentos, livros e registros que obedecendo às normas apropriadas de procedimentos tem como objetivo verificar se as demonstrações contábeis representam a situação nela demonstradas.

A auditoria interna como técnica contábil tem sido destacada pelos autores e pesquisadores da área como instrumento para garantir a maximização e qualidade dos resultados organizacionais. Especial destaque pode ser ao fato de que a auditoria interna visa assessorar a parte administrativa e tem provado que a transparência e exatidão das demonstrações econômico-financeiras e de um fluxo de informações constantes e de rápidos resultados minimizam ou até mesmo, em alguns casos, extinguem possíveis dolos que aterrorizam as atividades da organização.

Assim, a auditoria interna surge como proposta de responder as exigências de um mundo empresarial complexo, abrangente e dinâmico e que pode ser aplicada pelas diversas organizações, independentemente de seu tamanho ou natureza, desenvolvendo não apenas o papel de fiscalização, mas principalmente como estratégia de orientação para os gestores de alto nível e para os proprietários de capital.

Considerando que a auditoria interna busca exercer controles prévios, concomitante e conseqüente de todas as atividades da administração de uma organização, buscando ainda verificar se os controles operacionais representam adequadamente a realidade organizacional, o presente estudo busca responder a seguinte problemática: **a auditoria interna pode contribuir com a melhoria dos padrões de eficiência e eficácia de uma organização de pequeno porte (EPP)?**

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar a contribuição da auditoria interna na melhoria dos procedimentos operacionais de uma pequena organização, e como objetivos específicos: verificar se as práticas e os relatórios contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC); determinar os mecanismos de controle econômico-financeiros utilizados para a obtenção da eficiência e eficácia dentro da organização; e identificar as razões para a utilização da auditoria interna nas instituições.

## 2. DELIMITANDO AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna surgiu já na Antiguidade com o surgimento do comércio entre os povos. Há referências que no ano 4.000 a.C. já havia auditores na Babilônia, só que as primeiras contratações de auditores internos por empresas privadas ocorreram no final do século XIX, nas estradas de ferro americanas (OLIVEIRA E DINIZ FILHO, 2001).

De acordo com Jund (2001), a auditoria interna com esta denominação, é uma atividade muito nova, pois só a partir de 1940, é que esta veio a se difundir principalmente em empresas públicas norte-americanas.

Apesar das controvérsias quanto a sua história, na verdade, esta estratégia surge como uma resposta para problemas relacionados com o crescente tamanho das organizações; diversificação e complexidade das atividades empresariais; necessidade de delegar funções e atribuições; e incompetência e/ou desonestidade de alguns integrantes do quadro de funcionários.

## **2.1. Aspectos Conceituais da Auditoria Interna**

Conforme apontado por Oliveira e Diniz Filho (2001, p 16), o Conselho Federal de Contabilidade, em seu pronunciamento NBC – T – 12, define da seguinte maneira as atividades da auditoria interna: “A auditoria interna constitui um conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras, operacionais da entidade”.

Jund (2001) afirma que a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle e que tem por missão básica assessorar a administração através do exame da adequação e eficácia dos controles; integridade e confiabilidade das informações e registros; integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e da sua efetiva utilização; eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos; dos procedimentos e métodos para salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos e; compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos.

Segundo Franco e Marra (2000), a auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa. Mesmo tendo vínculo com a empresa, o auditor interno deve procurar exercer sua função com absoluta independência profissional e com obediência às normas de auditoria geralmente aceitas.

Mello (2002) explica que a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, destinada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, assim como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas. Em sua definição, Mello (2002) destaca os termos “eficiência” e “eficácia”, que respectivamente correspondem aos resultados atingidos, por uma organização, com menor custo, maior velocidade, melhor qualidade, e ao grau em que uma organização atinge os objetivos de sua política.

Verifica-se que em todas as definições, de auditoria interna, apresentadas pelos autores neste tópico abordado, um aspecto comum evidenciado se refere ao objetivo de examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras, operacionais da organização.

## **2.2. Características da Auditoria Interna**

Oliveira e Diniz Filho (2001), a respeito das características das funções e atividades da auditoria, destacam que essa atividade é, por natureza, a revisão do trabalho de outros e não a execução original do trabalho. Para tanto, o auditor interno deve recomendar, mas não pode decidir; deve sugerir e influenciar, mas não pode determinar; deve examinar, julgar, avaliar e relatar aos órgãos superiores, mas não pode impor uma modificação.

Logo, o auditor não produz informações e, por isso “não tem função polícial” (OLIVEIRA; DINIZ FILHO, 2001, p. 96). Para estes autores, o auditor interno deve exercer um cargo de nível pelo menos equivalente aos demais gerentes e que seu posicionamento ideal seria a subordinação ao alto comando da empresa, de preferência ao Presidente ou ao Conselho de Administração.

Franco e Marra (2000) colocam como vantagem para execução do trabalho do auditor interno a existência de um departamento que exerce permanente controle de todos os atos da administração. Já como desvantagem, aponta o risco de que os funcionários do departamento de auditoria sejam envolvidos pela rotina de trabalho e só examinem aquilo que lhe é oferecido para exame.

Jund (2001) coloca que o auditor interno tem como características assessorar a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, e suas atribuições são de avaliar:

- Os componentes das demonstrações financeiras;
- Normas, procedimentos, controles internos e estruturas organizacionais quanto a aspectos de eficiência, efetividade, qualidade e prevenção de fraudes e erros;
- As atividades, operações e programas para verificar se os resultados estão sendo compatíveis com os objetivos e os meios esclarecidos.
- A integridade e confiabilidade das informações e registros contábeis.

Para Mello (2006), o auditor interno apresenta características específicas e que o diferenciam daqueles que executam a auditoria externa. Entre essas características podem-se destacar as seguintes: o auditor interno é empregado da empresa auditada e, dessa forma possui menor grau de independência; quanto às suas atividades, ele executa auditorias contábeis, operacionais, de gestão, de qualidade, de processos, de produtos e outros.

Conforme o autor anteriormente citado, esse profissional tem como principais objetivos: verificar a existência, a suficiência e a aplicação dos controles internos, bem como contribuir para o seu aprimoramento; verificar se as normas internas estão sendo seguidas; verificar a necessidade de melhoramento das normas internas vigentes; avaliar a necessidade de novas normas internas; seu trabalho apresenta como característica um maior volume de testes em função da maior disponibilidade de tempo na empresa para executar os serviços de auditoria.

Sá (2002) aponta que o objetivo da auditoria interna não só observar como os controles internos funcionam, mas especialmente a qualidade dos registros e seguranças destes (especialmente nos sistemas informatizados, onde a entrada e a saída de dados podem criar problemas de confiabilidade).

### **2.3. Importância da Auditoria Interna para as Empresas**

Oliveira e Diniz Filho (2001) relatam que, além da empresa implantar um excelente sistema de controle interno, deve também ter alguém que verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema.

Dois professores de contabilidade norte americanos desenvolveram uma pesquisa junto a um determinado número de companhias na tentativa de verificar se realmente a auditoria interna contribui para a melhoria do desempenho gerencial dos demais executivos e eles são taxativos ao afirmar que os auditores internos a partir do momento em que dedicaram boa parte de seus esforços para as atividades de auditoria das operações e análise do desempenho gerencial, começaram a aumentar a sua importância (OLIVEIRA; DINIZ FILHO, 2001).

A auditoria interna é de grande importância para as organizações, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, servir de ferramenta de apoio à gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas (ALMEIDA, 2003). Logo, uma empresa que utiliza a ferramenta da auditoria interna é beneficiada na questão de liderança, eficácia na manutenção e criação de controle interno. Assim, percebe-se que a auditoria interna beneficia a empresa com um melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade, proporcionando uma maior segurança ao funcionamento correto das operações (PANEGALLI, 2006).

### **2.4. Relação do Controle Interno com a Auditoria Interna**

Jund (2001) entende por controle interno todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permite prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verifica dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Segundo Attie (2000), o objetivo geral da auditoria interna é assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, fornecendo-lhe análise, avaliações e recomendações. No que se refere às normas de auditoria relativas ao âmbito do trabalho, estas asseguram que a auditoria interna deve proceder ao exame e à avaliação da adequação e da eficácia do sistema de controle interno, e da qualidade do desempenho na realização do trabalho.

A finalidade da revisão do sistema de controle interno é determinar se ele estabelece certeza de que os objetivos da organização são cumpridos de maneira eficiente e econômica. Logo, a auditoria interna tem sua ótica voltada para o que controle interno representa à organização, de forma a possibilitar o desenvolvimento seguro e adequado de todas as atividades e permitir aos setores e pessoas interessadas nas informações (ATTIE, 2000).

Conforme Almeida (1996), não adianta a organização implantar um ótimo sistema de controle interno sem que alguém verifique se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema deveria ser adaptado às novas circunstâncias, pois os objetivos da auditoria são: verificar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas ou de modificações das normas internas.

Assim, infere-se que o controle interno fornece os meios necessários aos trabalhos próprios da Auditoria Interna, estabelecendo um regime próprio e diferenciado de complementaridade e interdependência, em que o primeiro (a Auditoria) sucede o segundo (o Controle) no aspecto estrutural das atividades desenvolvidas por ambos, que apresentam igual natureza, importância e finalidade (MULLER, 2006).

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo corresponde a uma pesquisa descritiva e explicativa, sendo também caracterizada como uma pesquisa documental. E quanto aos meios de investigação, este trabalho foi caracterizado como estudo de caso, uma vez que, corresponde a uma das formas de realizar uma pesquisa empírica de caráter qualitativo sobre um fenômeno em curso e em seu contexto real. Sendo assim, pode-se afirmar que a adoção deste método viabiliza uma profunda imersão do pesquisador sobre a realidade investigada (GIL, 1999).

Nesse estudo, o universo da pesquisa correspondeu a todos os relatórios anuais de gestão existentes na organização desde sua fundação, e como amostra foi considerado o período de 2003 a 2005.

A empresa pesquisada atua na área de ensino de pós-graduação e de prestação de serviços, através de consultoria e pesquisa. Pode ser caracterizada como sendo uma sociedade civil por cotas de responsabilidades limitadas, pessoa jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, técnica e financeira, com sede e foro na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2005).

Diante dos objetivos propostos para o presente estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados, a saber: os relatórios do período de 2003 e 2005, a observação simples e entrevista.

A entrevista, realizada com os gestores da organização, se baseou em um formulário composto por questões subjetivas, que permitiram aos pesquisados ponderar facilmente sobre o que está sendo questionado. As respostas foram de livre deliberação, sem limitações e com linguagem própria, determinando a atitude e as opiniões do pesquisado.

Já a observação direta ocorreu durante todo o período de estágio do pesquisador, referente ao segundo semestre de 2006, a qual permitiu identificar comportamentos relacionados ao processo de auditoria interna na empresa.

A razão de querer trabalhar com diferentes instrumentos de pesquisa se fundamentou no fato de que as informações coletadas se complementam fornecendo uma maior comprovação aos dados, os quais foram analisados através da abordagem quantitativa e qualitativa, com vista a responder os objetivos específicos propostos pelo estudo.

#### 4. RESULTADOS

A organização em estudo utiliza como práticas de controle a emissão de relatórios contábeis para acompanhar o desempenho de todas as suas áreas, o que pode ser perfeitamente verificado nas falas dos entrevistados, as quais estão abaixo relatadas.

**Gestor A:** “Indicadores da área de produção, da área financeira e da área de clientes (nível de satisfação)”.

**Gestor B:** “Comparar o extrato bancário com o que foi lançado no fluxo de caixa, analisando toda a documentação (...) reuniões periódicas entre os gestores para analisar a situação econômico-financeira, controle de inadimplência e arquivamento das notas fiscais”.

**Gestor C:** “Controles financeiros como: recebimentos, pagamentos, despesas, cursos etc. Outros: satisfação do cliente, desperdícios, índices de conclusão, índices de desistências, número de parcerias etc”.

Quanto aos mecanismos de controle econômico-financeiros, a organização utiliza mecanismos básicos, tais como o fluxo de caixa, para controle dos resultados econômico-financeiros e a responsabilidade por essa operação é da competência do diretor financeiro.

**Gestor A:** “Sim. Receitas /custos; despesas/ cursos, despesas gerais e outros. Responsabilidade da direção financeira”.

**Gestor B:** “Sim. Utilizamos o fluxo de caixa; entradas (mensalidades recebidas); saídas (aluguel de sala de aula, locação de datashow, divulgação, ajuda de custo, material de expediente, coffee-break e folha de pagamento). E a responsabilidade é do diretor financeiro”.

**Gestor C:** “Sim. Despesas fixas versus custos fixos; custos variáveis, lucros, despesas diversas, investimentos, depreciação etc. Responsabilidade da direção financeira”.

De acordo com as informações obtidas nos relatórios anuais da organização as quais estão evidenciadas através do figura 1, pode-se constatar que sua receita operacional vem apresentando crescimento a cada ano.

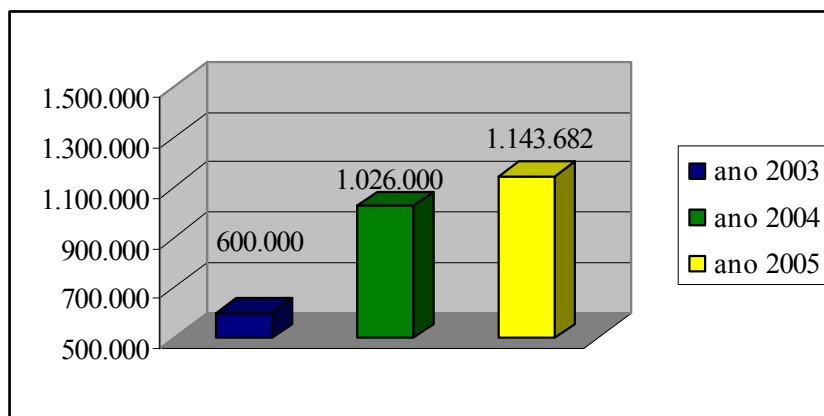


Figura 1 - Receita operacional no período de 2003 a 2005

No ano de 2004, houve um incremento de receita de 71% sobre o exercício de 2003 e no ano de 2005 houve uma melhora de receita de 11,47% sobre o exercício de 2004. Esses percentuais de crescimento apresentados pela organização estão acima da média apresentada nas organizações de pequeno porte e do segmento de serviços gerais, o que é afirmado no relatório de gestão da empresa objeto de estudo. Nesse sentido, pode-se inferir que esses dados representam uma garantia de sobrevivência organizacional.

No que diz respeito aos procedimentos de auditoria interna, pode-se verificar que a organização estudada utiliza ferramentas internas para o controle contábil de suas atividades, entretanto afirmam que não fazem uso da auditoria interna, apesar de reconhecerem que esse procedimento é um recurso adequado para garantir a eficiência e eficácia dos resultados organizacionais.

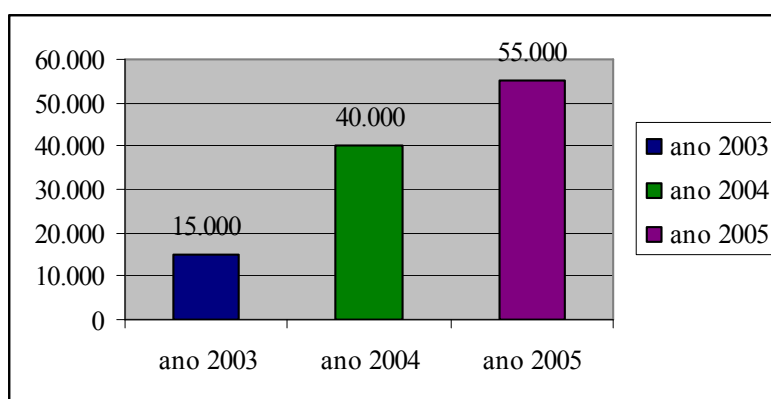
**Gestor A:** “A organização adota procedimentos periódicos de verificação dos controles e anotações contábeis”.

**Gestor B:** “Não. Porque a organização tem um diretor financeiro responsável e que tem conhecimento das receitas e despesas mensais; e no término do mês, analisa se as prestações de contas estão de acordo com o recebido”.

**Gestor C:** “Conheço teoricamente, na prática não utilizamos ainda. Todavia, concordo com a adoção desta prática e acho muito salutar para uma administração profissionalizada”.

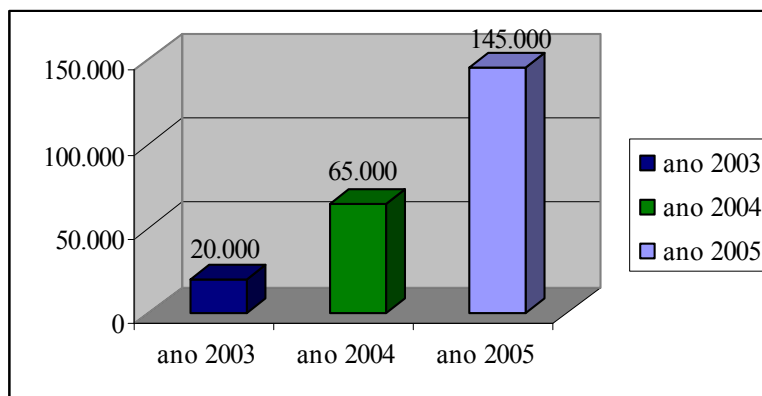
Como destacado pelo gestor C, existe o conhecimento teórico sobre auditoria interna, entretanto parece que não tem sido aplicado e, isso, pode ser em decorrência dos gestores acreditarem que esse processo não seja importante, o que nos permite acreditar que na verdade, faltam informações teóricas e práticas a esses gestores quanto à auditoria.

As figuras 2 e 3, apresentados abaixo, citados no relatório de gestão da organização, buscam ainda demonstrar a necessidade da implantação dos procedimentos de auditoria na empresa estudada.



**Figura 2 - Lucro líquido do período de 2003 a 2005**

Conforme a figura acima, pode-se constatar uma evolução gradativa do lucro líquido da empresa em estudo a cada exercício, existindo, portanto uma evolução de 266,16% e 131,39% de crescimento no lucro líquido quando comparados os exercícios de 2004 a 2003 e 2005 a 2004.



**Figura 3 - Patrimônio líquido do período de 2003 a 2005**

O patrimônio líquido da organização evoluiu 294,06% comparando 2004 a 2003, e 224,39% quando se compara o ano de 2005 a 2004. Pode-se, portanto, afirmar com estas figuras, demonstradas e analisadas anteriormente, que esta organização tende a crescer cada vez mais no mercado de ensino. Este fator já pode ser considerado suficiente para a existência de atividades de auditoria, uma vez que estas atividades permitem um melhor controle do patrimônio organizacional, através da redução da ineficiência, da negligência e da incapacidade.

No que se refere às vantagens da auditoria interna, como apresentado no quadro abaixo, foram obtidas as seguintes respostas, apresentadas pelos gestores da organização.

ITENS	GESTOR A	GESTOR B	GESTOR C
Fiscalizar a eficiência dos controles internos		X	X
Opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis.		X	X
Assegurar maior correção dos registros contábeis.	X	X	X
Dificultar desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos.		X	
Possibilitar a apuração de omissão nos registros das receitas e nos recebimentos.		X	
Oferecer informações sobre a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa.	X	X	X
Apontar falhas na organização administrativa da empresa.	X	X	X
Contribuir para a solução dessas falhas.	X	X	X

**Quadro 1 - Conhecimentos dos gestores sobre vantagens da auditoria interna**

Considerando as respostas, pode-se afirmar que os gestores reconhecem os possíveis benefícios provocados pela auditoria interna, mas relutam em sua aplicação, limitando-se ao uso de controles pontuais e imediatos que não permitem uma visão sistêmica dos resultados organizacionais.

## 5. DISCUSSÃO

Conforme Oliveira e Diniz Filho (2001), a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. Dessa forma, pode-se verificar que a auditoria é um processo que visa à emissão de um parecer baseado em princípios e normas legais, a fim de garantir a adequada aplicação dos recursos



econômicos e financeiros e, nesse sentido, pode-se afirmar que na empresa estudada os procedimentos adotados estão de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, mesmo não sendo intitulado como um processo de auditoria.

Considerando o destaque dado por Franco e Marra (2000) em relação ao fato de que a auditoria é uma técnica contábil que objetiva obter elementos que permitam julgar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação econômica-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas, pode-se afirmar que a organização pesquisada poderia fazer uso desta técnica de forma a garantir melhor controle de suas ações.

Para Franco e Marra (2000), o exame dos documentos, livros, e registros para obtenção de informações e confirmações relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes é definido como auditoria. Entretanto, apesar da organização estudada utilizar mecanismos de controle econômico-financeiros, estes não podem ser comparados ao processo da auditoria, já que não é sistemático, além de ser relativamente primário.

Como ressaltado por Panegalli (2006) o processo de auditoria traz benefícios significativos à organização, principalmente no que se referem à eliminação de desperdícios de recursos, otimização dos resultados e recomendações sobre possíveis melhorias e ações que devem ser tomadas. Além do que, como apontado por Sá (2002) o objetivo da auditoria interna não só observar como os controles internos funcionam, mas especialmente a qualidade dos registros e seguranças destes (especialmente nos sistemas informatizados, onde a entrada e a saída de dados podem criar problemas de confiabilidade).

Finalmente, pode-se afirmar com base em Almeida (2003) que a auditoria interna é de grande importância para as organizações, já que além de ajudar a eliminar desperdícios, simplifica tarefas, serve de ferramenta de apoio à gestão e transmite informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas. Logo, uma empresa que utiliza a ferramenta da auditoria interna é beneficiada na questão de liderança, eficácia na manutenção e criação de controle interno. E, sendo assim a organização pesquisada teria muito a ganhar se implantasse esse procedimento para controle dos seus resultados econômico e financeiro.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A auditoria interna pode ser considerada como uma ferramenta de suma importância para as organizações, uma vez que desempenha um papel de grande relevância, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, apoiar a gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas. Neste sentido, tem-se percebido que muitas organizações estão investindo na implantação da auditoria interna como uma garantia de manter a qualidade, através da eliminação de custos e despesas, e fiscalização das atividades desenvolvidas por cada setor de uma organização.

Assim, como o objetivo geral desta pesquisa foi verificar a contribuição da auditoria interna na melhoria dos procedimentos operacionais da organização, foi possível constatar que a organização em estudo não utiliza os procedimentos de auditoria por acreditar que sendo de pequeno porte não se faz necessária essa prática. Apesar disso, reconhece que esse procedimento é um recurso adequado para garantir a eficiência e eficácia dos seus resultados.

Por um lado, pode ser ressaltado que a não implantação de práticas de auditoria interna está também relacionada ao pouco conhecimento dos gestores sobre as vantagens e os benefícios desta ferramenta, não possuindo, portanto, uma visão gerencial que pode repercutir nos resultados organizacionais. Mas, por outro lado, deve ser registrado que os mecanismos de controle econômico-financeiro usado pela empresa estão de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Entretanto, a prática de auditoria poderia ser apontada como uma estratégia de garantir um melhor controle de suas ações, uma vez que a organização estudada tende a crescer cada vez mais no mercado de ensino, situação esta representada pelos fatores: lucro e patrimônio líquidos. E, diante desse cenário, existe a possibilidade da adequação de um processo de auditoria alicerçado em um estilo de gestão que permitam aos

seus gestores contribuir com suas habilidades e talentos, recebendo em troca a garantia de uma maior probabilidade de certeza para o sucesso e sobrevivência, superando a existência de forças externas que poderiam influenciar o desempenho da empresa.

A conscientização da importância do uso de instrumentos para o controle de indicadores econômico-financeiros, através da auditoria interna, deve ser enfatizada junto aos gestores da empresa, principalmente, como resposta às exigências impostas pelo mercado de concorrência e competitividade em que vivem todas as organizações, atentando-se é claro para as especificidades da empresa e às suas possibilidades de adequação a essa realidade.

Assim sendo, esta pesquisa foi importante para o aprofundamento do conhecimento da auditoria interna, a qual, direta ou indiretamente, pode influenciar no sucesso organizacional, através da veracidade das informações contábeis e da garantia nos processos de tomada de decisão. Entretanto, apesar disso, ainda há muito que se discutir sobre esse assunto, mas esperamos que este material colabore para a compreensão do tema abordado e contribua para os aspectos relacionados ao reconhecimento do trabalho da auditoria, particularmente a auditoria interna, nas organizações de pequeno, médio ou grande porte, independentemente das suas naturezas jurídicas.

Finalmente, cabe ressaltar que novos estudos deverão ser realizados no sentido de verificar o uso e as contribuições da auditoria interna como instrumento formador da eficiência e eficácia dos resultados organizacionais nas organizações de pequeno porte, a fim de generalizar informações quanto ao processo de auditoria interna nas organizações de micro e pequeno porte.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditoria. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUND, S. **Auditoria**: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 questões. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

MELLO, A. de O. **Auditoria interna**. 2002. Disponível em: [www.http://www.auditoriainterna.com.br](http://www.auditoriainterna.com.br). Acessado em: 08.08.2006.

MULLER, A. N. **Desmistificando o trabalho da auditoria**. Disponível em: Acessado em: 15.08.2006.

OLIVEIRA, L. M. de; DINIZ FILHO, A. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

PANEGALLI, J. C. **Auditoria contábil**: vantagens efetivas quando utilizada habitualmente nas empresas. Disponível em: [http://www.pace.com.br/PACE\\_auditoria.htm](http://www.pace.com.br/PACE_auditoria.htm). Acessado em: 15.08.2006.

**RELATÓRIO DE GESTÃO** – Centro de Ensino, consultoria e pesquisa, 2005.

SA, A. L. de. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.